

# V!RUS

Revista do Nomads.usp  
Nomads.usp Journal  
ISSN 2175- 974X

desenhando coexistencia | designing coexistence | sem 2-10

Como citar esse texto: SANTOS, D. M. Coexistência: notas para um projeto de pesquisa. **VIRUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=6&item=1&lang=pt>>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

## Coexistência: notas para um projeto de pesquisa

Denise Mônico dos Santos

Denise Mônico dos Santos é Arquiteta, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, pesquisadora do Nomads.usp, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

A tolerância consiste em ter crenças e aceitar dialogar com outras pessoas que têm convicções diferentes. É chegar a um consenso com os outros para estabelecer uma coexistência dinâmica e engajar-se em um processo de enriquecimento mútuo permanente (CHELIKANI, 1999, p.30).

Durante o primeiro semestre de 2010, todos os pesquisadores do Nomads.usp foram convidados a participar de diversas sessões de trabalho onde as pesquisas do Núcleo deveriam ser reestruturadas em torno de uma ampla temática comum. O resultado último dessas sessões de trabalho foi a elaboração de um projeto de pesquisa, por ora chamado *Territórios Híbridos: meios digitais, comunidades e ações culturais*, ou T-híbridos, conforme acrônimo usado pelo Nomads.usp. O objetivo desse texto é apresentar alguns referenciais teóricos desse projeto que, por um lado, sintetiza grande parte dos caminhos percorridos pelas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo na área até então, e por outro, sinaliza os interesses e inquietações que norteiam diversos trabalhos em andamento.

O foco central do projeto *T-híbridos* é dar continuidade à exploração da constituição de espacialidades híbridas, combinando a realização de ações de cunho cultural nas instâncias concreta e virtual em territórios urbanos, ampliando as possibilidades de uso de mídias digitais

em ações culturais, tendo como perspectiva as políticas públicas.<sup>1</sup> Tal ampliação considera, principalmente, a constituição de espacialidades híbridas em espaços urbanos como possibilidade de desenho da coexistência na cidade. Nesse sentido, a questão da coexistência, em suas possíveis e diferentes abordagens, é central ao projeto, e de grande interesse para o Nomads.usp hoje. É o ponto para o qual converge a busca de interlocuções do Núcleo, expressa nesta edição da V!RUS.

Coexistência e tolerância parecem fazer parte de um conjunto de conceitos que florescem na contemporaneidade, primeiramente, nos circuitos das instituições e organizações que realizam ações e práticas junto a determinadas populações, comunidades e grupos sujeitos a condições desiguais, ou vivências excludentes e conflituosas, para depois ganhar destaque no universo acadêmico. Trata-se de conceitos e noções empregados em contextos específicos de relações entre grupos, mas com sentidos bastante amplos, que lhes imprimem uma carga de imprecisões e ambigüidades que reflexões no campo das Ciências Sociais procuram manifestar, buscando aprofundar e ampliar as práticas a eles associadas. Bar-Tal diz que,

Em essência, eles têm sido mais utilizados para descrever estados desejados aos quais sociedades, nações ou estados deveriam aspirar. O pressuposto fundamental no desenvolvimento desses conceitos tem sido o de que o sistema de relações intergrupais, atualmente prevalecente em muitos países, está longe de ser satisfatório e que há necessidade de mudá-los completamente, ou pelo menos melhorá-los. (BAR-TAL, 2004. P.253)

A qualidade, condição ou estado de existência simultânea é o significado literal que o termo coexistência ainda assume em diversos dicionários (FERREIRA, 1986; HOUAISS, 2002; LONGMAN, 1995). Entretanto, coexistência é uma noção que está se consolidando sobre novas bases, associada à existência simultânea de opostos e, ainda, relacionada prioritariamente a situações de conflitos, sejam eles, étnicos, religiosos, políticos, ideológicos, culturais, de classe, de identidades, de gênero, entre outros.

Coexistência não é um conceito muito popular entre os cientistas sociais e educacionais do mundo e, portanto, é raramente usado em comparação com outros conceitos que descrevem relações intergrupais positivas (Weiner, 1998). Uma razão para isso é a indefinição e indistinção do conceito e outra é que ele se refere apenas a relações intergrupais minimamente positivas (BAR-TAL, 2004, p.256).

Celi Regina Pinto (2001, p.48) destaca uma questão parecida quando se trata da noção de tolerância, "muito associada à multiplicidade de identidades, novas e antigas, que buscam espaços de legitimidade para suas práticas específicas" e, portanto, nesse sentido, também de interesse quando se trata de fomentar relações positivas entre grupos:

Em que pese haver uma espécie de boa vontade generalizada com a noção de tolerância, não me parece que seja uma categoria simples. Ao

---

<sup>1</sup> Essa exploração foi iniciada no âmbito do projeto Comunidades *online*, coordenado pelo Nomads.usp e desenvolvido com diferentes parceiros, entre os anos de 2003 e 2008, em Cidade Tiradentes, distrito da zona leste da cidade de São Paulo, com financiamento da Fapesp na linha de fomento de políticas públicas.

contrário, tal noção é bastante complexa, está povoada de implicações morais, éticas, religiosas e de relações de poder, podendo ser facilmente intercambiada com as idéias de compaixão, compreensão, amor ao próximo. (PINTO, 2001, p.44)

A definição de tolerância proposta pela UNESCO (1995) em sua *Declaração de princípios sobre a tolerância*, ainda que louvável e de importância reconhecida, não explicita tais implicações. Pelo contrário, parece justamente presa a valores a serem buscados pelos seres humanos:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. [...] A prática da tolerância significa que toda pessoa tem a livre escolha de suas convicções e aceita que o outro desfrute da mesma liberdade. Significa aceitar o fato de que os seres humanos, que se caracterizam naturalmente pela diversidade de seu aspecto físico, de sua situação, de seu modo de expressar-se, de seus comportamentos e de seus valores, têm o direito de viver em paz e de ser tais como são. Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem (UNESCO, 1995, p.11-12).

É importante perceber que, ao se apropriar dessas noções, ainda mais em um contexto que envolve aplicações práticas, precisa-se romper com as definições de senso comum, superficiais, sob pena de engendrar-se em proposições ingênuas e inócuas. A noção de tolerância, quando examinada com mais atenção, ainda não consegue desvincular-se de seus sentidos negativos, ligados principalmente à capacidade de suportar algo – o sofrimento ou o outro, ou romper com as relações de poder que constituem as relações entre tolerantes e tolerados (PINTO, 2001; DALLARI, 2003).

Para Pinto,

[...] os tolerantes só o são porque têm poder, para que a relação assimétrica entre os tolerantes e os tolerados mude de qualidade a discussão toma outra direção: devemos redirecioná-la no sentido de buscar formas de redistribuição de poder na sociedade que tenham como resultado o fim da necessidade de alguns grupos identitários dependerem da tolerância para garantir até mesmo suas vidas (PINTO, 2001, p.61).

Entretanto, há um esforço, nos dias atuais, em trazer para a agenda das práticas com grupos a tolerância em seus sentidos positivos, frente às impossibilidades impostas pelas situações conflituosas a serem enfrentadas:

[...] o uso moderno e a análise filosófica incluem, em qualquer definição contemporânea de tolerância, determinado número de elementos. A tolerância é, essencialmente, uma virtude pessoal que reflete a atitude e a conduta social de um indivíduo ou o comportamento de um grupo. Pode ser a idéia, a capacidade ou o gesto de voltar-se para uma realidade diferente de sua própria maneira de ser, de agir ou de pensar. Pode ser uma postura indiferente ou voluntariamente neutra de reconhecimento da existência da diferença ou, então, uma atitude de resistência paciente mesclada de desaprovação. Pode, também, consistir

em aceitar a diferença, vendo nela uma fonte de enriquecimento, em vez de demonstrar permissividade em relação às coisas, boas ou más, sem julgá-las (CHELIKANI, 1999, p.23-24).

Com relação à coexistência, o conjunto de definições parece ser menos conflituoso, dado que a noção coexistência não traz consigo aspecto algum ligado a prerrogativas negativas.

Entretanto as duas noções, de tolerância e de coexistência, comungam no sentido de ambas trazerem consigo um risco, ainda que velado, de eternizar relações de desigualdade e discriminação (BAR-TAL, 2004; PINTO, 2001).

Khaminwa, da *Coexistence International (CI)*<sup>2</sup>, apresenta uma definição de coexistência segundo uma perspectiva de atuação prática, o que implica na estruturação de uma política de coexistência como antídoto contra conflitos:

Coexistência é um estado no qual dois ou mais grupos estão convivendo, respeitando suas diferenças e resolvendo seus conflitos sem violência. [...] No âmago da convivência está a consciência de que indivíduos e grupos diferem de diversas maneiras, incluindo classe, etnia, religião, gênero e inclinação política. Estas identidades de grupo podem ser as causas dos conflitos, contribuir para as causas dos conflitos, ou podem se solidificar à medida que os conflitos se desenvolvem e se intensificam. Uma política de coexistência, no entanto, diminui a probabilidade de que as diferenças entre identidades de grupo se transformem em um conflito prejudicial ou intratável. [...] A coexistência existe antes e depois de conflitos violentos. No entanto, não é estática. Como todos os ambientes sociais, que oscila, dependendo do nível de interação social. Coexistência existe em situações em que indivíduos e comunidades ativamente aceitar e abraçar a diversidade (coexistência ativa) e onde os indivíduos e as comunidades apenas tolerar outros grupos (coexistência passiva). Comunidades que não estão tendo um conflito violento pode ser localizado em qualquer lugar dentro deste intervalo (KHAMINWA, 2003).

É interessante observar que a autora classifica a tolerância como coexistência passiva, ressaltando as relações entre essas duas noções, como o faz também Chelikani, no trecho citado no início deste texto.

Em comum com Khaminwa, Bar-Tal destaca a questão da não violência na sua definição de coexistência. Entretanto, este autor dá uma dimensão psicológica, de estado de mente, à condição de coexistência e sua dinâmica, o que está no centro da sua defesa da possibilidade de educação para a coexistência:

Coexistência, na minha visão, se refere às condições que servem como pré-requisitos fundamentais para a evolução de relações intergrupais harmoniosas avançadas. Refere-se ao real reconhecimento do direito do outro grupo de existir em paz com suas diferenças e à aceitação do outro grupo como um parceiro legítimo e igual com quem divergências devem ser resolvidas de formas não-violentas. [...] Mas o âmago da coexistência se refere a um estado de espírito partilhados pelos

---

<sup>2</sup> Iniciativa da Brandeis University, que desde 2005 se dedica ao "fortalecimento de recursos disponíveis para executores de políticas, profissionais liberais, pesquisadores, advogados e organizações e redes que promovem a coexistência em nível local, nacional e internacional. A CI defende uma abordagem complementar para o trabalho de coexistência, facilitando conexões, aprendizagens, reflexões e pensamento estratégico entre aqueles que atuam no campo da coexistência e profissionais de áreas correlatas" (CI, 2007).

membros da sociedade. Nesse sentido, a coexistência é principalmente um processo de formação do repertório psicológico dos membros da sociedade. Os atos acompanhados de cooperação, integração, ou trocas são derivações comportamentais diretas da coexistência (BAR-TAL, 2004, p.245-257).

O autor destaca, ainda, nesse texto, como principais componentes da coexistência, suas condições elementares, além do princípio da não-violência, o reconhecimento da existência legítima do outro grupo, a personalização dos membros do outro grupo e a igualdade de parceria.

Essas duas noções, coexistência e tolerância, tratadas ainda de forma inicial no âmbito do projeto T-híbridos, parecem indicar caminhos para se pensar o sentido da constituição de espacialidades híbridas como desenho de coexistência, principalmente indicando estratégias e possibilidades de ações, abrindo perspectivas a serem exploradas. São conceitos tratados e aplicados a situações de conflitos de múltiplas dimensões, priorizando, entretanto, os mais extremados, que trazem consigo o desejo de abarcar as diferenças no âmbito das relações entre grupos e comunidades e, ainda mais, construir, ao explicitá-las, um processo rico de encontro e de transformações. Pinto destaca que “[...] devemos livrar-nos radicalmente de uma espécie de euforia ingênua em relação à proliferação das diferenças. Constatá-las, buscar suas condições de emergência e suas potencialidades, em vez de simplesmente festejá-las, parece ser um bom caminho” (PINTO, 2001, p.51). Espera-se que, no âmbito do *T-Híbridos*, possa-se trilhar esse caminho de efetivação fecunda das potencialidades de coexistência de diferenças em meio urbano.

## Referências

BAR-TAL, D. Nature, rationale and effectiveness of education for coexistence. **Journal of Social Issues**, v. 60, n. 2, p. 253-271, 2004.

CHELIKANI, R. V. B. J. **Reflexões sobre a tolerância**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001314/131427por.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

CI. Sobre *Coexistence International*. In: **Foco em Coexistência e Recursos Naturais**. 2007. Disponível em: <<http://www.brandeis.edu/coexistence/linked%20documents/Coex%20and%20Nat%20Resources%20PORT-FINAL.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

DALLARI, D. A. Cotidiano e tolerância. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA E INTOLERÂNCIA, 2003, São Paulo. **Conferência**. São Paulo: SESC Vila Mariana, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/7.rtf>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KHAMINWA, A. N. **Coexistence**. Beyond Intractability. Eds. Guy Burgess and Heidi Burgess. Conflict Research Consortium, University of Colorado, Boulder. Postado: Julho de 2003. Disponível em: <<http://www.beyondintractability.org/essay/coexistence/>>. Acesso em 18. nov. 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PINTO, C. R. J. Para além da Tolerância. In: BIASOLI-ALVES, Z.; FISCHMANN, R. (Org.). **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**. São Paulo: Edusp, 2001, p. 43-63.

LONGMAN. *Dictionary of contemporary English*. 3. ed. Harlow Essex; Longman Group, 1995.

UNESCO. **Declaração de Princípios Sobre a Tolerância**. Paris, 16 nov. 1995. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

WEINER, E. Coexistence work: A new profession. In: E. Weiner (Ed.), **The handbook of interethnic existence**. New York: Continuum, 1998. p. 13-24.